

da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau», o Governo da RAEM elaborou um anexo ao primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, que integra a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau no Plano Quinquenal de Desenvolvimento, com o objectivo de implementar a articulação com o plano geral do Estado e delinear em pormenor os respectivos trabalhos nas acções governativas do corrente ano. Além disso, os governos de Guangdong, de Hong Kong e da RAEM organizaram conjunta e sucessivamente em Macau, em Hong Kong e no Japão, a Sessão de Divulgação sobre as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a Sessão de Promoção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Foi implementada, de forma ordenada, uma série de projectos de cooperação Guangdong-Macau. De acordo com a organização das principais acções anuais constantes do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, foi reforçada a cooperação nas áreas da construção de infra-estruturas transfronteiriças e de facilidades alfandegárias, a promoção da cooperação da indústria de serviços modernos, a cooperação para a construção de um círculo de excelente qualidade de vida, e a promoção do intercâmbio no âmbito da educação e juventude. Foi promovida a construção, em Hengqin, da zona de cooperação especial Guangdong-Macau e continuar-se-á a promover a cooperação com Shenzhen, Cantão, Zhongshan e Jiangmen. Foi dado o poio às empresas e aos residentes na participação activa na construção e no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e foram lançados os Serviços Convenientes para o Registo Comercial nas nove cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, tendo sido melhoradas, ainda mais, as funções de serviço do Gabinete de Representação do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau em Guangzhou, efectuadas visitas e dado acompanhamento às instituições e empresas instaladas nas cidades da Grande Baía, reforçados os contactos e providenciada a ajuda necessária. Foram desenvolvidas constantemente acções promocionais para a captação de investimentos e envidados esforços para que mais empresas de qualidade venham a instalar-se em Macau.

Foi intensificada a promoção da cooperação com as zonas de Pequim, de Tianjin, da província de Hebei, da região económica do Rio Yangtzé e das regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, tendo sido criado um mecanismo de cooperação com Xangai através da assinatura em Novembro de 2019 do Acordo sobre a Criação do Mecanismo de Reunião de Cooperação Xangai-Macau. Foi impulsionado, de forma ordenada, o avanço dos trabalhos de planeamento do Parque de cooperação Jiangsu-Macau, sendo promovida a cooperação entre as províncias-irmãs do Pan-Delta do Rio das Pérolas e os países de língua portuguesa e as regiões da União Europeia, designadamente nos domínios da protecção ambiental e das indústrias de infra-estruturas. Iniciou-se a cooperação com a província de Jilin, que visa o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa.

Articulação de Políticas de Curto, Médio e Longo Prazo na Construção da Cidade Habitável e Segura



Aprofundamento da construção dos mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida e bem-estar da população e construção da cidade habitável, saudável e segura

Em 2019, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau continuou a defender os conceitos da acção governativa de desenvolvimento em prol da população e da partilha de resultados, designadamente através do aprofundamento da construção do sistema de segurança social e dos diversos mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida da população, e tem vindo a otimizar progressivamente as políticas e medidas vocacionadas para a vida da população, através do aumento e do alargamento do âmbito dos apoios, da adopção de políticas de curto, médio e longo prazo, em prol da população, e promovendo a justiça social.

Regime de Previdência Central Não Obrigatório proporciona uma protecção social mais estável

A implementação em 2018 do Regime de Previdência Central Não Obrigatório marcou a criação formal do Sistema de Segurança Social de dois níveis. Em 2019, o Governo tem continuado a promovê-lo junto do público e empregadores e trabalhadores de diferentes sectores e a divulgá-lo por diversos meios, encorajando o maior número de empregadores e empregados a criar em conjunto uma melhor protecção de vida pós-aposentação através de adesão ao Regime e participação em planos individuais. Até Setembro de 2019, totalizaram-se 195 empregadores aderentes ao regime e mais de 50.000 residentes participantes nos planos

individuais. Em 2019, o Governo injectou na conta individual de cada residente habilitado de Macau uma verba adicional de 7000 patacas, proveniente do saldo orçamental, prevendo ser envolvidos um total de 377 mil beneficiários.

Em relação aos beneficiários do regime da segurança social, o Governo aumentou os valores da pensão para idosos e da pensão de invalidez do regime da segurança social para 3630 patacas por mês em Janeiro de 2019, traduzindo um aumento de cerca de 5,2 por cento, sendo que as outras prestações foram, também, ajustadas com uma percentagem aproximada. Para além disso, em Agosto do mesmo ano, lançou-se a inscrição para o levantamento automático de verbas, uma nova medida que isenta os idosos da realização anual das formalidades de levantamento.

Em 2016, foram injectados 37 mil milhões de patacas no Fundo de Segurança Social. Com base nisso, o Governo elaborou em 2019 a lei intitulada - Consolidação dos recursos financeiros do Fundo de Segurança Social, segundo a qual, três por cento do saldo da execução do orçamento central da RAEM de cada ano económico findo, após atingir o valor da reserva básica, passou a constituir uma receita anual do orçamento privativo do Fundo de Segurança Social, o que constitui um importante suporte financeiro do funcionamento sustentável do regime da segurança social. Por outro lado, deu-se início a um estudo sobre a viabilidade da criação de um mecanismo de ajustamento por indexação, para que a pensão para idosos e outras prestações do regime da segurança social possam ser ajustadas de forma mais científica.

Apoio contínuo à camada social vulnerável para concretizar o conceito de juntos construir e partilhar os frutos do desenvolvimento

Relativamente à camada social relativamente vulnerável, o Governo executou os planos de médio e longo prazo no âmbito do apoio social e da prestação de serviços sociais, designadamente a nível da protecção dos idosos, dos serviços de reabilitação e dos serviços destinados às mulheres e crianças. Deu-se o prosseguimento ao conceito de «juntos construir e partilhar os frutos do desenvolvimento», optimizámos diversas medidas gerais relacionadas com a população, designadamente o plano de comparticipação pecuniária, a injeção de capitais nas contas individuais de previdência, o subsídio de nascimento, o programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo, e a subvenção do pagamento das tarifas de água e energia eléctrica.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento do sistema de serviços sociais, foi criado pelo Governo o Regime da qualificação profissional dos assistentes sociais no sentido de elevar a qualificação profissional dos assistentes sociais e garantir os direitos do utente dos serviços sociais.

Durante o ano de 2019, o Governo tem melhorado diferentes tipos de apoio social e medidas de bem-estar, empenhando-se em garantir o nível de vida das famílias vulneráveis. Relativamente aos serviços familiares e comunitários, procedeu-se à revisão da implementação da Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e elaborou-se o respectivo relatório. Tem-se desenvolvido o planeamento dos Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau (2019-2025) e promovido os trabalhos do grupo especializado de acompanhamento.

No que toca aos serviços de apoio a crianças e jovens, foram concluídos os trabalhos da primeira fase (2018-2019) do Plano de desenvolvimento dos serviços de creches para os anos de 2018 a 2022, em especial o ajustamento gradual da proporção das turmas de dia inteiro e de meio-dia, para satisfazer a necessidade de admissão das crianças com dois anos de idade. Promoveu-se a realização anual de auto-avaliação nas creches subsidiadas e deu-se início a uma avaliação exterior. Igualmente, unificou-se o agendamento da inscrição e admissão das creches subsidiadas e introduziu-se o sistema de matrícula, para encurtar o tempo que os encarregados de educação têm de aguardar pela publicação dos resultados.

No âmbito dos serviços de apoio a idosos, foram, até finais de 2019, concluídas, cumulativamente, um total de 91 medidas do médio prazo (2018-2020) do Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos nos Próximos Dez Anos. Introduziram-se os serviços de apoio e cuidados domiciliários, por forma a prestar apoio aos idosos isolados, debilitados e portadores de demência, bem como aos seus cuidadores. Em simultâneo, lançou-se o Plano para Prestar Serviços de Deslocação, ajudando os idosos que moram nas habitações antigas a participarem em actividades comunitárias. Criou-se, em quarto trimestre de 2019, um lar de cuidados na Taipa e o número de vagas dos lares de idosos em Macau aumentou para cerca de 2400. Para além disso, prestou-se apoio a 17 lares de idosos e centros de cuidados especiais diurnos subsidiados para adquirir, alugar e experimentar equipamentos tecnológicos criativos.



No que diz respeito aos serviços de reabilitação, desenvolveu-se, até finais de 2019, um total de 120 medidas do médio prazo (2018-2020) do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio. Tem-se acompanhado de forma activa o resultado do estudo sobre a procura e o planeamento dos serviços de tratamento precoce prestando apoio mais adequado às

respectivas crianças e famílias. Foram lançados o Plano Piloto de Apoio Financeiro na Aquisição de Equipamentos Auxiliares para Deficientes e o Programa de Serviço de Recursos de Equipamentos Auxiliares e de Melhoramento das Instalações Sem Barreiras no Domicílio.

Desenvolvimento urbano equilibrado de terrenos, habitações e infra-estruturas e promoção pragmática da construção de uma cidade com condições ideais de habitabilidade

Ter habitação própria é aspiração de cada pessoa, sendo também uma das prioritárias da acção governativa relativa à promoção da construção da cidade com condições ideais de habitabilidade. Nos últimos anos, o Governo tem seguido, com uma atitude pragmática, a política de habitação pública «tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário», procurando responder às necessidades habitacionais razoáveis da população. O Governo concluiu, em 2019, a revisão do Regime jurídico da habitação social e definiu o respectivo mecanismo permanente de candidatura e lançou, no final do mesmo ano, um novo concurso de candidatura para a habitação económica. Ao mesmo tempo, o Governo tem concedido, por cinco anos consecutivos, a isenção do pagamento da renda anual aos agregados arrendatários de habitações sociais que preenchem os requisitos e, atribuído o abono provisório de residência a agregados da lista de candidatos a habitação social.

Continuou-se a desenvolver o trabalho de atribuição de habitação pública em 2019. Até finais de 2019, o número total de arrendatários da habitação social atingiu a 12.268 agregados familiares, enquanto 185 agregados familiares arrendatários devolveram, no mesmo ano, as fracções da habitação social por ter rendimento superior ao limite máximo legalmente previsto. Quanto à habitação económica, continuou a ser efectuado o acompanhamento dos trabalhos de selecção e atribuição de fracções, tendo sido concluída, em 2019, a atribuição de fracções de tipologia T1 do Edifício Ip Heng. Foi reduzido o tempo para o procedimento de apreciação dos compradores-promitentes de habitação económica antes da celebração das escrituras públicas de compra e venda, tendo sido solicitado o apoio de notários privados para os trabalhos de celebração das escrituras. Até 2019, da lista de espera das 19 mil fracções de habitação económica, apenas faltam celebrar as escrituras do Edifício do Bairro da Ilha Verde e do Edifício Fai Ieng.

Para fazer face à procura de habitação de médio e longo prazo, o Governo empenhou-se em utilizar plenamente os Novos Aterros e os terrenos actualmente existentes para a construção de mais fracções habitacionais, nomeadamente fracções de habitação pública, e para a construção de instalações públicas. As obras de aterro das Zonas A e E1 dos Novos Aterros encontram-se concluídas, e os projectos de 4 lotes destinados à habitação económica e de um lote à habitação social da primeira fase da Zona A estão em fase de concepção; as obras da Habitação Social de Mong-Há foram retomadas; o estudo das obras de construção de habitação pública na Avenida Wai Long na Taipa já está concluído e em breve terão início as respectivas obras de nivelamento.

O Governo tem-se empenhado em assegurar a oferta razoável de fracções de habitação pública e promover, através de diferentes formas, o desenvolvimento sustentável do mercado

imobiliário, tendo ajustado, em 2019, a taxa da contribuição predial urbana dos prédios arrendados, de modo a aumentar a oferta no mercado de arrendamento de imóveis.

Tendo em conta que o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário não pode separar-se dos recursos de terreno, o Governo tem-se esforçado pelo equilíbrio entre a oferta e o aproveitamento razoável de terrenos. Em 2019, o Governo continuou a recuperar, nos termos da lei, terrenos desaproveitados para aumentar a reserva de terrenos. Até Setembro de 2019, foram declaradas as caducidades das concessões de 77 parcelas de terreno, com uma área total superior a 670 mil m² e 23 parcelas de terrenos, com uma área superior a 230 mil m², já foram definitivamente recuperadas.

Quanto ao planeamento urbano, o Governo planeou o futuro desenvolvimento urbano a partir de uma macro visão com princípios de construção, conceitos, sistema de valores, e com configuração funcional e orientação geral das construções. A elaboração da proposta preliminar da lei do planeamento urbanístico foi impulsionada, tendo por objectivo realizar o desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável.

Em 2019, foi constituída pelo Governo a empresa Macau Renovação Urbana, S.A., com vista a promover os trabalhos relativos à renovação urbana e a iniciar, nos termos da lei, o registo dos candidatos qualificados para a compra de habitação para troca. Está a decorrer a consulta pública sobre o Regime jurídico da renovação urbana de Macau, de modo a auscultar a opinião pública sobre as questões importantes nesta matéria, tais como a percentagem dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução predial.

A habitação e a habitabilidade exigem a existência de uma série de instalações de software e hardware. O Governo da RAEM tem empenhado em fazer esforços incessantes para melhorar a construção de instalações de software e hardware nas áreas de saúde, segurança e ambiente, promovendo serviços inteligentes, de modo a proporcionar aos cidadãos um ambiente de vida e desenvolvimento seguro, saudável e conveniente.

Política de tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção e o reforço da construção da cidade saudável

Em 2019, o Governo continuou a seguir a política de «tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção», imprimindo novo dinamismo ao desenvolvimento de longo prazo do sistema de serviço de saúde, a fim de reforçar a construção de uma cidade saudável e elevar o nível de saúde dos residentes. Na premissa da optimização do sistema de serviço de consultas externas de cuidados de saúde primários, reforçou-se o investimento de recursos, a cooperação e a complementaridade com instituições sem fins lucrativos e clínicas privadas, de modo a fornecer um serviço de saúde mais adequado aos residentes.

No que diz respeito à prevenção de doenças transmissíveis, o Governo criou, com esforço contínuo, um mecanismo desenvolvido e sólido de contingência para emergências de saúde pública, de prevenção e controlo de doenças transmissíveis. A Equipa Internacional de Emergência

Médica da China (Macau) foi avaliada positivamente e acreditada pela Organização Mundial da Saúde (doravante OMS), contribuindo de forma positiva para o aumento da capacidade de resposta de Macau a emergências de saúde. Houve, ainda, uma continuidade na implementação rigorosa de várias medidas para prevenir a infecção de doenças transmissíveis, através da vacinação de grupos específicos contra a gripe sazonal e a extensão da administração gratuita da vacina a todos os residentes. Tem sido dada prioridade à administração da vacina contra o sarampo àqueles que cuidam de bebés com idade inferior a um ano, empregadas domésticas, grávidas e pessoal médico e foi fornecida uma dose suplementar da vacina anti-rubéola a residentes elegíveis, o que tem permitido evitar rapidamente a disseminação de doenças transmissíveis na comunidade.

Em resposta à procura de serviços de saúde e cuidados médicos de médio e longo prazo, criou-se a Academia Médica de Macau, e foram atribuídos certificados aos seus membros e envidados esforços para a revisão do Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde, por forma a promover a adaptação do sistema de saúde de Macau às normas internacionais. Uma instituição académica foi encarregue de levar a cabo um inquérito à população sobre a implementação do sistema de seguro de saúde universal, a fim de promover o desenvolvimento a longo prazo e sustentável do sistema médico.

No âmbito de infra-estrutura, deu-se início, em Outubro de 2019, às obras de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas (o complexo hospitalar o edifício de instalações complementares e o edifício administrativo), estando prevista a conclusão no terceiro trimestre de 2022. Além disso, as obras do Instituto de Enfermagem foram concluídas em 17 de Outubro de 2019. O Hospital de Reabilitação de Ká-Hó já se encontra em funcionamento e os centros de saúde da Rua da Praia do Manduco e de Seac Pai Van estão a ser construídos de forma ordenada.

A necessidade de cuidados de saúde da população da terceira idade tem sido valorizada através do alargamento da cobertura do Programa de Proximidade de Serviços Médicos de Especialidade e da entrada em funcionamento do Hospital de Reabilitação de Ká-Hó. Têm-se, também, providenciado e priorizado operações cirúrgicas a idosos com cataratas em estado mais avançado e subsidiado idosos com idade avançada e economicamente carenciados na colocação de próteses dentárias removíveis.

Tem-se dado continuidade à implementação de medidas de manutenção da saúde para mulheres e crianças, desenvolvido plenamente as funções do Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e reduzido o tempo de espera para avaliação e reabilitação.

No que diz respeito ao trabalho de prevenção de doenças de médio e longo prazo, os Serviços de Saúde alargaram a faixa etária dos destinatários do rastreio do cancro colorrectal e têm sido realizados exames médicos a indivíduos com alto risco de cancro do pulmão de forma a aumentar a taxa de cura dos doentes. Têm-se implementado medidas de protecção estipuladas no Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo, sendo proibido fumar em recintos fechados dos casinos. Foi lançado o inquérito sobre o uso do tabaco, estabelecida a monitorização de dados sobre o consumo de álcool e desenvolvida uma consulta pública sobre a legislação para o controlo do consumo de álcool por adolescentes, por forma a aprofundar a construção de uma cidade saudável.

Tendo em conta a iniciativa nacional «Uma Faixa, Uma Rota», e o planeamento do desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o Governo tem dado uma resposta activa à nova procura de serviços médicos transfronteiriços. Construiu-se um posto de saúde na ilha de Hengqin para prestar serviços aos residentes de Macau que aí residem. A par disso, o Governo incentiva ainda os residentes de Macau, com residência em Hengqin e portadores da autorização de residência no Interior da China, a participarem no programa de seguro básico de saúde da Cidade de Zhuhai. O seguro das crianças, dos estudantes do ensino primário e secundário e dos idosos, que satisfaçam os critérios exigidos, é totalmente subsidiado. Por outro lado, Foram intensificados a interacção e o intercâmbio com Zhuhai, Zhongshan, Jiangmen e outras regiões para elevar o nível de bem-estar médico dos residentes na Grande Baía.

Construção da cidade segura e aumento da capacidade de resposta à contingência

O Governo tem implementado o conceito de «ter por base a população», que assenta nos interesses directos dos residentes em geral, e tem sido promovida a criação de uma cidade segura e salvaguardada a segurança nacional e a estabilidade regional. Logo após a criação, em 2018, da Comissão de Defesa da Segurança do Estado, o Chefe do Executivo deu instruções às autoridades de segurança a coordenar e acompanhar os trabalhos legislativos complementares, que registaram progressos significativos. A Lei da cibersegurança foi publicada em Junho de 2019 e entrou em vigor em 22 de Dezembro de 2019, facilitando a elevação da capacidade de Macau de prevenir e enfrentar os problemas da cibersegurança, de modo a defender de melhor maneira a segurança de Macau e do Estado.

No intuito de melhor prevenir e combater a criminalidade e promover a segurança comunitária, o Governo instalou, em diversos bairros de Macau, o Sistema de Videovigilância em Espaços Públicos de Macau (vulgarmente conhecido por “Olhos no Céu”). Depois da entrada em funcionamento das primeiras fases do sistema em 2016 e 2018 respectivamente, as obras para a instalação das 800 câmaras nos lugares isolados e com risco de segurança referentes à 4.ª fase tiveram início em Fevereiro de 2018, prevendo ser concluídas as obras no primeiro trimestre de 2020.

Após a ocorrência do desastre do tufão “Hato” em 2017, o Governo elaborou, tendo como referência as recomendações do grupo de peritos da Comissão Nacional para a Redução de Desastres, a proposta da Lei de Bases de Protecção Civil que foi, após consultas e debate, aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa em 10 de Junho de 2019, e entrou na fase de discussão em especialidade. A dita proposta de lei sugeriu a introdução de várias inovações no sistema de protecção civil de Macau, de forma a garantir a segurança de vida dos residentes e visitantes. O Governo elevou o nível de prevenção e redução de desastres através de aperfeiçoamento de o mecanismo e instalações de emergência e protecção. Os trabalhos de revisão dos planos de emergência dos serviços encontram-se já concluídos e as funções dos subsistemas da Plataforma de comando para resposta de emergências estão a ser continuamente optimizadas. Actualmente, existem em Macau 17 centros de abrigo, quatro

locais de concentração e locais para evacuação de emergência, aperfeiçoando-se assim e cada vez mais o mecanismo de emergência e protecção.

Com vista à melhoria da situação de inundações das zonas baixas do Porto Interior, já se teve início a «Obra de colocação de box-culvert da estação elevatória de águas pluviais do Porto Interior», e já está concluída a instalação de válvulas na parede da barragem. As obras da barragem do Porto Interior estão a ser iniciadas de forma ordenada e a primeira fase da avaliação ambiental do estudo da viabilidade do planeamento geral já foi divulgada.

Para garantir a segurança no fornecimento de electricidade e água, o Governo empenhou-se na construção da terceira interligação de transmissão eléctrica Guangdong-Macau e já estão instalados mais de 60 por cento dos cabos eléctricos. Optimizaram-se as subestações de abastecimento de energia e as instalações de fornecimento de energia das zonas baixas. A quarta conduta de abastecimento de água de Zhuhai a Macau entrou em funcionamento, acelerou-se a construção da estação de tratamento de águas de Seac Pai Van e também já se iniciaram as obras de ampliação da barragem de Ká-Hó.

O «Plano decenal de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028)», já publicado, está a ser implementado, tendo sido definidos 37 indicadores prospectivos e compulsórios, de modo a elevar o sistema de gestão e a capacidade geral de resposta a situações de emergência e a garantir com eficácia a protecção dos bens e da vida dos residentes.

Promoção do modo de vida inteligente através de recurso à tecnologia informática

Para elevar ainda mais a qualidade e eficiência da vida da população, o Governo tem empenhado na construção da cidade inteligente com recurso a Mega dados, facilitando e beneficiando a população. Em 2019, o Centro de Computação em Nuvem do Governo entrou oficialmente em funcionamento, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de uma cidade inteligente mais segura e estável. Promoveu-se o trabalho legislativo do Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações e deu-se início aos preparativos do estabelecimento da rede 5G, de forma a articular-se com o desenvolvimento de tecnologia de telecomunicações e informáticas. No âmbito da implementação do Governo Inteligente, foi lançada a «Conta única de acesso comum aos serviços públicos da RAEM» e a respectiva aplicação para telemóvel, dando-se, assim, continuidade à optimização e digitalização dos procedimentos de prestação de serviços públicos.

Na vida quotidiana, o Governo tem dado um grande impulso ao pagamento móvel. Nos primeiros três trimestres de 2019, registou-se um aumento significativo das transacções, cerca de 6,4 vezes superior ao registado em 2018. Concomitantemente foi optimizado o desenvolvimento do turismo inteligente, recorrendo a várias tecnologias destinadas a aumentar a precisão das estatísticas e das previsões imediatas sobre o fluxo de pessoas, com vista a elevar a eficácia da gestão turística. Impulsionou-se o trânsito inteligente, com recurso a tecnologias avançadas de software e hardware que permitem elevar a sua eficiência. Relativamente aos serviços de saúde inteligente, encontra-se em desenvolvimento o sistema para a segunda fase do Programa

eHR. Reforçaram-se as acções de coordenação e colaboração para o desenvolvimento de uma cidade inteligente com técnicas integradas de computação em nuvem, Mega dados, inteligência artificial e Internet das coisas.

Reordenamento integrado de trânsito para uma cidade com condições ideais de circulação



Tendo em conta a importância da necessidade de atenuação dos problemas causados pelo trânsito, o Governo adoptou métodos diversificados para criar um ambiente de mobilidade conveniente, ecológico e de alta eficiência para os cidadãos. Reforçou-se a regulamentação e a gestão das companhias de autocarros, tendo as carreiras dos autocarros e a distribuição das paragens dos autocarros sido melhoradas, e optimizou-se o sistema de informação e localização dos autocarros. O Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer foi revisto e entrou em vigor em Junho do corrente ano, registando já resultados notáveis, com uma diminuição significativa do número de infracções por parte dos taxistas. A par disso, aumentou-se o número de táxis, que chegou, até finais de 2019, aos 1800 táxis, o que representa um aumento de 84 por cento em comparação com os 980 táxis existentes em 2010.

Em articulação com a inauguração do sistema de transporte do metro ligeiro, foi elaborada a Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro e constituída a Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S.A., criando-se assim as condições para o funcionamento e desenvolvimento do sistema de transporte do metro ligeiro. Além disso, foram aceleradas as obras de construção da Estação da Barra e do respectivo Centro Modal de Transportes, como trabalhos preparativos

para a extensão à península de Macau dos serviços de transporte do metro ligeiro.

O ambiente pedonal tem vindo a ser continuamente otimizado e o troço da passagem aérea junto do Estádio da Taipa entrará em funcionamento simultâneo com o Metro Ligeiro. Impulsionaram-se também os trabalhos de concepção e construção de vários sistemas pedonais.

Foi implementado o Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, que visa o aceleração da ampliação do aeroporto. Criou-se uma nova ligação de transporte transfronteiriço de passageiros entre a Taipa e Humen.

Aperfeiçoamento das medidas de protecção ambiental e promoção do desenvolvimento ecológico

Aprofundou-se o ensino sobre a ecologia, promoveu-se o modelo de vida ecológica e reforçou-se a sensibilização ambiental junto dos residentes, com vista a concretizar o desenvolvimento harmonioso entre o Homem e a Natureza.

No âmbito da implementação do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010-2020, foram definidas estratégias de controlo das fontes de poluição sonora e promovido o uso de gás natural e de veículos eléctricos amigos do ambiente, no sentido de controlar, com eficácia, a intensidade das emissões de dióxido de carbono e, ainda, de garantir que os indicadores de PM_{2,5} de Macau estejam em conformidade com os parâmetros definidos pela Organização Mundial de Saúde.

Aumentou-se a plantação de árvores para fins de arborização urbana, criaram-se mais espaços verdes e de lazer, reforçou-se a protecção das zonas húmidas do mangal e alargaram-se os espaços arborizados com árvores do mangal ao longo do litoral.

Reforçou-se a promoção da redução de resíduos a partir da fonte. Tendo em conta o impacto negativo do uso de sacos de plástico no ambiente, a lei sobre Restrições ao fornecimento de sacos de plástico entrou em vigor em 2019. Iniciaram-se os preparativos da construção das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares; impulsionaram-se os trabalhos relativos à ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos e iniciaram-se as obras de optimização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. A título experimental, teve início o envio de veículos abatidos de Macau para o Interior da China, para tratamento.



Chefe do Executivo na AL para fazer balanço do actual ano governativo

Depois de Ser Eleito Presidente da AL, Kou Hoi In Assumiu as Novas Funções